

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.969 - MA (2019/0319385-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **PAULO SERGIO SILVA (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PAULO SERGIO SILVA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Consta dos presentes autos que o recorrente foi condenado como incurso no delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV (duas vezes), na forma do art. 69, ambos do Código Penal, à pena definitiva de 36 (trinta e seis) anos de reclusão (e-STJ fls. 14/20).

Transitada em julgado a sentença condenatória em 4/11/2014 (e-STJ fl. 21), o apenado ajuizou revisão criminal em 4/10/2017 (e-STJ fls. 4/12), tendo a Corte *a quo* julgado improcedente o pedido, nos termos do acórdão recorrido, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 42):

REVISÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 621, I DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. REDIMENSIONAMENTO DOSIMETRIA PENAL IRRETOCÁVEL. REVISÃO CRIMINAL IMPROCEDENTE.

- 1. Destina-se a Revisão Criminal desconstituir a sentença penal condenatória transitada em julgado, quando presentes algumas das hipóteses previstas no artigo 621, do Código de Processo Penal.*
- 2. Inviável se falar em redimensionamento da pena quando o magistrado estabeleceu definitivamente após uma análise criteriosa das circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes, bem como causas de aumento e diminuição da pena.*
- 3. Revisão Criminal improcedente.*

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 61/64), alega a parte recorrente violação dos artigos 59 e 65, inciso III, alínea "d", ambos do Código

Superior Tribunal de Justiça

Penal.

Sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para, uma vez reconhecida a atenuante genérica da confissão espontânea, reduzir a pena em fração inferior a 1/6 (um sexto), na segunda etapa da dosimetria da pena.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 69/74), o recurso foi admitido pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 76/79).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar, nesta instância, opinou pelo não conhecimento do recurso especial, consoante parecer assim ementado (e-STJ fl. 90):

PROCESSO PENAL E PENAL. HOMICÍDIO. DOSIMETRIA. ATENUANTE GENÉRICA. QUANTUM DE REDUÇÃO. REVISÃO DAS PROVAS DOS AUTOS. ENUNCIADO Nº 7 DA SÚMULA DO STJ.

- 1. O recorrente pede que a incidência da causa de redução de pena pela confissão espontânea, prevista no art. 65-III-d do Código Penal seja fixada no patamar de 1/6.*
- 2. No entanto, a análise do recurso especial e das circunstâncias judiciais para elevar o patamar da causa de diminuição de pena pela confissão espontânea prevista no art. 65-III-d do Código Penal enseja a revisão das provas dos autos, o que encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.*

- Parecer pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. **Decido.**

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Passo, então, à análise do mérito.

No que concerne ao patamar de redução aplicável na hipótese de reconhecimento da atenuante genérica da confissão espontânea, o Código Penal, com efeito, não estabelece limites mínimo e máximo de acréscimo e/ou diminuição de pena a serem aplicados em razão de circunstâncias agravantes e/ou

Superior Tribunal de Justiça

atenuantes, cabendo à prudência do magistrado fixar o patamar necessário, dentro de parâmetros razoáveis e proporcionais, com a devida fundamentação.

Nesse contexto, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o acréscimo da pena, pela aplicação de agravante, em fração superior a 1/6 (um sexto) ou a redução da pena, decorrente da aplicação de atenuante, em fração inferior a 1/6 (um sexto), deve ser fundamentado.

Nessa linha, os seguintes julgados:

PENAL. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO E ESTUPRO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSENTE. POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO PARA O PROCESSAMENTO DO CRIME DE ESTUPRO. REQUISITO ATENDIDO. ATO QUE DISPENSA DE FORMALIDADES. COMETIMENTO DO DELITO COM VIOLÊNCIA. SÚMULA 608/STF. VIGENTE. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA PARCIAL ADMITIDA. REDUÇÃO DA PENA INTERMEDIÁRIA EM 1/6. PENA-BASE. REDUZIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. QUANTUM MANTIDO. DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO. PATAMAR ADEQUADO AO CASO CONCRETO. UTILIZAÇÃO DAS QUALIFICADORAS SOBEJANTES NA PENA-BASE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO AVENTADA VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. DECISÃO MANTIDA. AGRAVOS REGIMENTAIS IMPROVIDOS.

[...]

4. De acordo com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a confissão, ainda que parcial, deve ser reconhecida e considerada para fins de atenuar a pena. Ademais, reconhecida a citada atenuante, de rigor a redução da reprimenda intermediária em 1/6. Precedente.

[...]

8. Agravos regimentais improvidos. (AgRg no REsp 1578476/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 22/3/2018, DJe 3/4/2018).

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO

PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. LATROCÍNIO TENTADO. DESCLASSIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE NA VIA ELEITA. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. PERSONALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DECLINADA PARA O INCREMENTO DA PENA-BASE. DESPROPORCIONALIDADE DO AUMENTO EVIDENCIADO. INCIDÊNCIA DAS ATENUANTES DA MENORIDADE RELATIVA E DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. REDUÇÃO DA PENA EM 1/6 INDEVIDO. REPRIMENDA RECONDUZIDA AO PISO LEGAL. SÚMULA 231/STJ. REDUÇÃO DE 1/3 PELA TENTATIVA MANTIDO. ITER CRIMINIS PERCORRIDO. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

8. Em relação à segunda fase da dosimetria, o Código Penal olvidou-se de estabelecer limites mínimo e máximo de aumento ou redução de pena a serem aplicados em razão das agravantes e das atenuantes genéricas. Assim, a jurisprudência reconhece que compete ao julgador, dentro do seu livre convencimento e de acordo com as peculiaridades do caso, escolher a fração de aumento ou redução de pena, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Todavia, a aplicação de fração superior a 1/6 exige motivação concreta e idônea. [...]

12. Writ não conhecido. Habeas corpus concedido, de ofício, a fim de estabelecer a pena de 13 anos e 4 meses de reclusão, ficando mantido, no mais, o teor do decreto condenatório. (HC 398.362/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 20/3/2018, DJe 26/3/2018).

[...] ROUBO CIRCUNSTANCIADO (ARTIGO 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL). DOSIMETRIA. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. QUANTUM DE AUMENTO NÃO ESPECIFICADO NO CÓDIGO PENAL. DISCRICIONARIEDADE VINCULADA. FUNDAMENTAÇÃO. NECESSIDADE. EXISTÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A FRAÇÃO ESCOLHIDA E A MOTIVAÇÃO APRESENTADA. CONDENAÇÃO ANTERIOR PELA PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS. REDUÇÃO DA FRAÇÃO PARA 1/6 (UM SEXTO). ILEGALIDADE DEMONSTRADA.

1. O quantum de aumento pela agravante da reincidência não está estipulado no Código Penal, devendo ser observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da

Superior Tribunal de Justiça

necessidade e da suficiência à reprovação e à prevenção do crime, informadores do processo de aplicação da pena.

2. Verificando-se a existência de única condenação anterior transitada em julgado, mostra-se inidônea a motivação apresentada para a manutenção do aumento da pena em patamar superior a 1/6 (um sexto), na segunda etapa da dosimetria, pelo reconhecimento da agravante do art. 61, I, do CP. Precedentes do STJ.

[...]

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício a fim de reduzir a pena para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e multa. (HC 398.613/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 20/6/2017, DJe 28/6/2017).

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO. INSURGÊNCIA DEFENSIVA CONTRA A SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA. AUMENTO PELA REINCIDÊNCIA EM 1/4 SEM FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA. REDUÇÃO PARA A USUAL FRAÇÃO DE 1/6. CONFISSÃO EM RELAÇÃO AO DELITO DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO. COMPENSAÇÃO COM A REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE. PENAS REDUZIDAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

- Sabe-se que o nosso Código Penal não estabelece limites mínimo e máximo de aumento de pena a serem aplicados em razão de circunstâncias agravantes, cabendo à prudência do Magistrado fixar o patamar necessário, dentro de parâmetros razoáveis e proporcionais, com a devida fundamentação. Nesse contexto, a jurisprudência deste Superior Tribunal firmou-se no sentido de que o incremento da pena em fração superior a 1/6, pela aplicação da agravante da reincidência, deve ser fundamentado.

- Hipótese em que, havendo apenas um processo considerado a título de reincidência e tendo o Tribunal de origem mantido o incremento sem fundamentação específica, o constrangimento ilegal encontra-se evidenciado, devendo a fração de aumento pela agravante em questão ser reduzida para 1/6. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

- Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para reduzir a pena do delito de tráfico de entorpecentes para 5 anos e 10 meses de reclusão, além de 583 dias-multa, e as penas do delito de posse irregular de arma de fogo para 1 ano de detenção e 10 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação. (HC 395.749/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 20/6/2017, DJe 30/6/2017).

No presente caso, a Corte de origem, na apreciação da revisão criminal proposta pelo ora recorrente, consignou (e-STJ fls. 43/46):

[...]

No caso em exame, alega, erro na dosimetria da pena, tendo em vista que quando da aplicação da atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d" do CP), o juiz reduziu a pena em patamar inferior a 1/6 (um sexto) sem realizar a necessária fundamentação.

Ocorre que, analisando detidamente os autos, vislumbro não assistir razão ao requerente, vez que o magistrado corretamente, em face de cada vítima, (Círio Edson Correia Pereira e Mousaniel Carvalho Mota), fixou a pena-base acima do mínimo legal, na primeira fase do sistema trifásico de aplicação da pena (arts. 59 e 68 do Código Penal), pois considerou prejudiciais ao réu as circunstâncias judiciais atinentes a culpabilidade, conduta social, aos motivos, as circunstâncias e conseqüências do crime, resultando em 19 (dezenove) anos de reclusão. **Na segunda fase, reconheceu a atenuante prevista pelo art. 65, III, "d", do Código Penal (confissão espontânea), tendo diminuído a pena base em 1 (um) ano.** Na terceira fase, não houve valoração de causas de diminuição e de aumento de pena, o que resultou na pena definitiva de 18 (dezoito) anos de reclusão, para cada crime.

[...]

Com feito, percebo que o juiz singular imprimiu fundamentação idônea ao desvalorar as circunstâncias judiciais desvaloradas (culpabilidade, a conduta social, aos motivos, as circunstâncias e as conseqüências do delito), as quais detêm adequada fundamentação, conforme disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, e aos critérios do art. 59 do Código Penal, pois assim fizera:

Superior Tribunal de Justiça

"(...) Em vista de tal deliberação do Conselho de Sentença e atento às diretrizes do art. 59 do Código Penal, passo a dosimetria da pena do acusado ora condenado, quanto à vítima CÍRIO EDSON CORREIA PEREIRA:

[...]

Por tais razões, fixo-lhe a pena-base em 19 (dezenove) anos de reclusão.

Existem circunstâncias atenuantes, traduzidas na confissão do réu, razão pela qual atenuo a pena em 1 (um) ano, ficando, agora, a pena fixada em 18 (dezoito) anos de reclusão.

Deixo de efetivar a agravação da circunstância a do motivo fútil (CP, art. 61, inciso II, "a") para não haver dupla incidência, uma vez já computada na qualificadora.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena.

Fixo, assim, a pena definitiva em 18 (nove) anos de reclusão.

Passo, agora, atento às diretrizes do art. 59 do Código Penal, à dosimetria da pena do acusado ora condenado, quanto à vítima

MOUSANIEL CARVALHO MOTA:

[...]

Por tais razões, fixo-lhe a pena-base em 19 (dezenove) anos de reclusão.

Existem circunstâncias atenuantes, traduzidas na confissão do réu, razão pela qual atenuo a pena em 1 (um) ano, ficando, agora, a pena fixada em 18 (dezoito) anos de reclusão.

Deixo de efetivar a agravação da circunstância do motivo fútil (CP, art. 61, inciso II, "a") para não haver dupla incidência, uma vez já computada na qualificadora.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena.

Fixo, assim, a pena definitiva em 18 (nove) anos de reclusão.

O regime para cumprimento da pena será o inicialmente fechado (art. 33, § 2º, alínea "a", do Código Penal).

Estando configurado o concurso material (CP, art. 69), em face dos desígnios autônomos do agente, na prática de dois crimes de homicídio qualificado, a pena definitiva fica fixada em 36 (trinta e seis) anos de reclusão, que deverá ser cumprida em regime inicialmente fechado (art. 33, § 2º,

Superior Tribunal de Justiça

alínea "a", do Código Penal) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. (...) "

*Desse modo, considerando que o juiz de base imprimiu fundamentação idônea a cada circunstância judicial desvalorada, entendo que as mesmas devem ser mantidas, motivo pelo qual **mantenho intacta a manutenção da valoração das circunstâncias impostas, haja vista encontrar amparo nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, inclusive a fração aplicada atinente a causa de diminuição referente a confissão espontânea e a manutenção do regime imposto, nos termos da sentença, ante a gravidade concreta do crime perpetrado.***

*ANTE O EXPOSTO, e, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, adequado em banca, conheço e **NEGO PROVIMENTO** à revisão criminal, mantendo a sentença em todos seus termos.*

[...]. - grifei

Na espécie, na segunda fase da dosimetria, a pena foi reduzida em razão da atenuante da confissão espontânea, em patamar inferior a 1/6 (um sexto), tendo as instâncias ordinárias deixado de apresentar qualquer fundamentação para justificar a diminuição da pena em patamar equivalente a 1/20 (um vigésimo).

Assim, na hipótese dos autos, à míngua de motivação concreta, idônea e suficiente para justificar a escolha de fração diversa, na aplicação da atenuante genérica da confissão espontânea, na segunda etapa dosimétrica, a fração de redução correspondente deve ser alterada para 1/6 (um sexto).

Destarte, alterada a fração de redução da atenuante da confissão espontânea para 1/6 (um sexto) e mantidos os demais critérios estabelecidos pelas instâncias de origem, fica a pena do recorrente definitivamente fixada em **31 (trinta e um) anos e 8 (oito) meses de reclusão.**

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso V, alínea "a", do CPC, e no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para alterar a fração de redução da atenuante da confissão espontânea para 1/6 (um sexto), redimensionando a pena definitiva do

Superior Tribunal de Justiça

recorrente PAULO SERGIO SILVA, pela prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV (duas vezes), na forma do art. 69, ambos do Código Penal, para 31 (trinta e um) anos e 8 (oito) meses de reclusão, mantidos os demais termos da condenação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

